



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024 RP Nº 003/2024

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de bens móveis, equipamentos eletrônicos e médico hospitalares para instalação da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24H de Conselheiro Lafaiete e Setores da Secretaria Municipal de Saúde (Parte I), de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por MULTI QUADROS E VIDROS LTDA, protocolada na Plataforma BBMNET no dia 07/05/2024, às 09:48h, em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 031/2024, Pregão Eletrônico nº 009/2024, Registro de Preços nº 003/2024.

A impugnação é focalizada, exclusivamente, na não inclusão de exigência de qualificação técnica como requisito de habilitação no certame, notadamente a apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a experiência da licitante em relação ao fornecimento de bens similares e compatíveis ao objeto licitado.

Ao final, pleiteia-se o acolhimento da Impugnação, com a retificação das disposições editalícias impugnadas, especialmente para que sejam incluídas a exigência de qualificação técnica supracitada.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.

II. Do exame de admissibilidade da impugnação

Preconiza o Decreto Municipal nº 84/2021, que regulamenta, em âmbito municipal, o Pregão na forma eletrônica:

“Art. 22 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

§ 2º - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

§ 3º - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.”

De acordo com o item 12.1 do Edital, “As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

exclusivamente por meio de formulário eletrônico no portal **BBMNET** (<https://www.novobbmnet.com.br/>), link "editais e resultados" e posteriormente "impugnar".

A sessão de abertura do Pregão Eletrônico encontra-se designada para o dia 22/05/2024, às 09:30h.

A impugnação em apreço foi protocolizada no dia 07/05/2024, às 09:48h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse do impugnante no manejo da Impugnação, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, sobretudo, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se da presente Impugnação.

III. Do mérito da Impugnação

III.1. Das exigências de habilitação no certame (Qualificação Técnica)

O julgamento da impugnação consiste em verificar se há vício no instrumento convocatório em virtude da não inclusão de exigência de qualificação técnica, notadamente a apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a experiência da licitante em relação ao fornecimento de bens similares e compatíveis ao objeto licitado, no rol de requisitos para habilitação no certame.

O presente processo licitatório tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de bens móveis, equipamentos eletrônicos e médico hospitalares para instalação da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24H de Conselheiro Lafaiete e Setores da Secretaria Municipal de Saúde (Parte I), de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

Acerca dos processos licitatórios, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 preconiza em seu art. 37, inciso XXI, que as exigências de qualificação técnica e econômica serão permitidas desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em nível infraconstitucional, a Lei nº 14.133/2021 contempla disposições específicas acerca da documentação relativa à qualificação técnica, trazendo de forma expressa os limites para exigências dessas naturezas, *in verbis*:

*"Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional **será restrita** a:*

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

*VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
(...)” (destacamos)*

Abordado a temática, Marçal Justen Filho leciona na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª ed. Editora Dialética:

“A Lei nº 8.666 disciplinou de modo minucioso a matéria da qualificação técnica. Um dos caracteres mais marcantes da Lei nº 8.666 foi a redução da margem de liberdade da Administração Pública nesse campo e a limitação do âmbito das exigências. Buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação.”

Mutatis mutandis, o entendimento supracitado amolda-se perfeitamente à novel legislação, aplicando-se sua exegese em relação à Lei nº 14.133/2021.

Pois bem. Compulsando detidamente o instrumento convocatório, observa-se terem sido incluídas, dentre demais disposições, exigência relativa à imprescindibilidade de observância das normas legais vigentes por parte do Contratado, para fornecimento do objeto licitado.

Lado outro, também dispôs o Edital, de forma peremptória, acerca das sanções/penalidades a que o Contratado estará sujeito em caso de mora e/ou inadimplemento contratual.

A Lei de Licitações, em seu art. 67, preconiza que a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á ao rol estabelecido nos incisos dos dispositivos de lei; entretanto, conforme exegese inequívoca, a lei não é vinculativa no sentido da obrigatoriedade de exigência de tais requisitos, cabendo ao ente promotor da licitação estabelecer, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, as condições de habilitação cabíveis para o certame.

Nem se cogite que a não exigência de determinada certificação/registro/autorização, fulcrada no permissivo contemplado no art. 67, da Lei de Licitações, significaria que o(s) vencedor(es)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

do certame poderá(ão) fornecer produtos/serviços sem qualidade ou que não preencham as disposições legais.

Até mesmo porque, mister que os licitantes estejam devidamente adequados às legislações vigentes de prestação de serviços, descabendo ao ente licitante formular exigências em licitação pública, na fase de habilitação, quando essas já decorrerem de imposição e regulamentação na legislação específica.

Por cediço, o que garantirá a prestação de serviços de forma escoreita e em conformidade com as exigências editalícias é a fiscalização, a cargo da Administração Pública, que deverá ser realizada rigorosamente com o fito de se assegurar a perfeita execução do objeto, fazendo-se cumprir as obrigações já estabelecidas.

No caso concreto, o objeto licitado via pregão eletrônico se refere a fornecimento de bens/serviços **comuns**, destituídos de alta heterogeneidade ou complexidade, tendo a Administração Pública estabelecido as condições de habilitação de acordo com a natureza e as peculiaridades da contratação

Ao influxo de tal raciocínio, considerando se tratar de ato discricionário do ente licitante a delimitação dos requisitos de habilitação técnica no certame, o preceito constitucional no sentido da limitação das exigências de qualificações técnica e financeira, e, ainda, as peculiaridades do caso concreto, com a ausência de sinalização e justificativa do setor técnico da Secretaria solicitante do certame no sentido da exigência dos documentos versados na impugnação (durante a fase habilitatória), descabe se falar em modificação das exigências de habilitação no certame, como forma de exaltar a aplicação dos princípios da competitividade, da isonomia, da proporcionalidade e da razoabilidade no presente processo licitatório.

IV. Conclusão

Diante do exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) Conhecer a Impugnação interposta por MULTI QUADROS E VIDROS LTDA para, no mérito, negar-lhe provimento.
- b) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via e-mail, publicando-se no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 09 de maio de 2024.


Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt
Pregoeiro